

Constituinte define esta semana sistema de saúde

BRASÍLIA — A Constituinte define esta semana o novo sistema de saúde. A criação de um sistema único, composto pelos serviços federais, estaduais, municipais e dos privados contratados pelo Governo, foi o tema central dos debates desde a fase das subcomissões.

Para a corrente sanitária, as ações e serviços de saúde são de natureza pública, podendo a iniciativa privada participar de forma suplementar, através de concessões. Isso significaria a estatização do setor, na opinião de representantes de hospitais particulares, que defendem uma atuação mais livre da iniciativa privada.

O projeto do sistema único foi idealizado por Oswaldo Cruz, no

final da década de 30, tendo sido colocado em prática em 1983 pelo Diretor de Planejamento de Saúde do Inamps, Eleutério Rodrigues, com a criação das Ações Integradas de Saúde (AIS). No ano seguinte, a idéia ganhou força quando um grupo de sanitaristas, coordenado por Eleutério, elaborou o programa de saúde da Nova República.

O sistema único passou então a ter outro defensor, o ex-Ministro da Saúde Carlos Sant'Anna, hoje Líder do Governo na Câmara dos Deputados. Posteriormente, o Inamps implantou o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (Suds), considerado um processo parcial e incompleto pelos sanitaristas.

O Presidente da Federação Bra-

sileira de Hospitais, Sílio Andrade, não concorda com o sistema único:

— Estamos tentando criar um sistema democrático, sustentado na livre iniciativa, no qual o Estado terá o papel de normalizar e fiscalizar.

O assessor da Federação de Hospitais, Reinhold Stephanes, ex-Deputado pelo PDS (1978-1986) e ex-Presidente do INPS e do Inamps, não aceita nem mesmo a proposta intermediária apresentada pelos sanitaristas, na qual está previsto que os serviços de saúde são de natureza pública, embora apenas os serviços públicos integrem o sistema único.

— Considerar os serviços de saúde como de natureza pública é

a estatização completa do setor — disse Reinhold.

O Diretor do Inamps que criou as AIS, Eleutério Rodrigues, entende que a Federação de Hospitais crítica o sistema único por um motivo simples:

— Quem se beneficia do caos do sistema de saúde quer a continuidade deste caos.

E acrescentou:

— O Centrão vende a idéia de que o projeto é estatizante. Tentam ideologizar quando a questão é técnica.

O Presidente do Conselho Federal de Medicina, Francisco Costa, também é favorável à criação do sistema único:

— Os hospitais querem que o Estado arrecade dinheiro e compre o serviço deles.

Borges: Filiação ao Inamps deve ser opcional

BRASÍLIA — “O Governo definiu sua posição quando o Presidente José Sarney assinou o decreto de criação do Sistema Único e Descentralizado de Saúde (Suds).” A afirmação é do Ministro da Saúde, Borges da Silveira, que também defende a tese de o Inamps ser um seguro de saúde, devendo tornar-se opcional a filiação da população a este sistema público ou a um seguro de saúde privado.

Borges acha que o Governo, através do seu Ministério, deve coordenar a assistência à saúde da população, permitindo-se a ação suplementar da rede privada. E afirma que não se deve incluir no texto da Carta o princípio do direito público para reger os contratos entre o Inamps e os hospitais privados, mesmo porque tal relação está implícita e deve ser regulamentada em lei complementar.

A única ressalva que Borges faz ao texto da saúde se deve ao fato de não estabelecer os percentuais de recursos destinados à área. Não se fixou qualquer índice de participação da União, dos Estados e Municípios, apesar da reforma tributária.

O Ministro da Saúde alega que os Estados e Municípios não têm obrigação de aplicar uma contrapartida aos recursos alocados pela União. Mas entende que nas Disposições Transitórias deverá constar pelo menos um item assegurando que 30 por cento da arrecadação previdenciária deverá ser aplicada na assistência à saúde.

Borges da Silveira também defende a tese de que a saúde ocupacional, hoje vinculada ao Ministério do Trabalho, deva ser transferida para sua Pasta. E que os médicos e engenheiros do trabalho continuem sendo pagos pelas empresas, mas vinculados ao Ministério da Saúde, a exemplo do que ocorre hoje como os fiscais do Serviço de Inspeção Federal, do Ministério da Agricultura.

INFORME PUBLICITÁRIO